

Atraso aos bancos credores já em julho

O Brasil poderá atrasar pagamentos aos bancos credores privados ainda em julho e agosto. As grandes dificuldades de pagamentos ocorrerão em setembro, quando se concentram vencimentos da ordem de US\$ 2,3 bilhões. Mas, até lá, em função da decisão política do governo de preservar as reservas cambiais em torno de US\$ 6 bilhões, alguns pagamentos previstos para os bancos privados poderão não ser honrados.

O pagamento de US\$ 800 milhões ao Clube de Paris poderá ser efetuado na próxima semana. Para isso, basta que a entrada de divisas, estimulada pela desvalorização de 12% e o

bloqueio à remessa de lucros e dividendos, promova uma recomposição das reservas em níveis suficientes para saldar aquele compromisso. O Ministério da Fazenda calcula que o País ganhará no decorrer de uma semana US\$ 1 bilhão em divisas como consequência das medidas na área cambial decretadas na semana passada.

O atraso de pagamentos aos bancos privados antes do chamado "setembro negro" está condicionado a duas variáveis básicas: a oscilação das reservas e os critérios de pagamentos externos a partir da centralização do câmbio. Nesse último, o governo definiu que dará prioridade aos pagamentos ao Clube de Paris, ao Ban-

co Mundial e ao BID. No final da fila estão os bancos privados. Os pagamentos serão feitos à medida que houver disponibilidade de reservas.

O Ministério da Fazenda considera remota as possibilidades de retaliação dos bancos privados a um eventual atraso de pagamentos. As informações de que alguns banqueiros poderiam suspender as chamadas linhas de curto prazo, que financiam as exportações brasileiras, não preocupam alguns assessores do ministro Mailson da Nóbrega. Pela simples razão de que uma eventual suspensão dessas linhas afetaria a balança comercial do País, diminuindo ainda mais as possibilidades de

pagamento. As estimativas extra-oficiais indicam um saldo comercial de US\$ 19 bilhões este ano, igual ao do ano passado.

O que vem preocupando alguns assessores é a manutenção de um elevado ágio do dólar no mercado paralelo. A expectativa do Ministério da Fazenda era de que o ágio caísse com a desvalorização do cruzado, a suspensão das remessas de lucro e a criação do BTN com cláusula de correção cambial. Se continuar uma grande diferença entre o dólar oficial e o paralelo, permanecem os estímulos para evasão de divisas via subfaturamento de exportações.